

SANÇÃO AOS PSICOPATAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO¹

João Lucca Penna Ignácio²

O trabalho tem como primeiro objeto de pesquisa os psicopatas, indivíduos que sofrem de um distúrbio psíquico que afeta principalmente sua interação social e seu comportamento. Os psicopatas não possuem a maioria dos atributos para convívio social como a afetividade e empatia, sendo então caracterizados como indivíduos antissociais. Apesar das características já citadas o indivíduo que sofre deste distúrbio psíquico tem seu sistema cognitivo com um bom funcionamento, muitas vezes essas pessoas possuem uma inteligência a cima da media. As características apresentadas resultam no fato de que o psicopata não consegue ver outro indivíduo de forma emotiva, como um ser humano, vendo o outro apenas como um objeto. Devido à personalidade dos indivíduos em questão, os traços característicos encontrados nela contribuem para uma vida delituosa, de pequenos roubos e golpes até graves assassinatos a sangue frio. Então faz se necessário um segundo objeto de pesquisa, o ordenamento jurídico de nosso país ligado à punibilidade de indivíduos psicopatas. Há a necessidade de compreender se a fixação de sanções é a mesma se comparado com indivíduos sem tal característica em sua personalidade e por consequência localizar alguma possível inadequação em nosso ordenamento jurídico. O método de pesquisa consistirá em pesquisas bibliográficas de artigos e obras na área do direito e da psicologia como também consultas com profissionais de ambas as áreas garantindo então a formulação de uma nova tese do assunto em questão caso considerado necessário. Os objetivos do trabalho produzido serão: a conceituação da psicopatia; a imputabilidade do indivíduo que comete e delito e se enquadra no quadro característico da psicopatia e por fim construir uma tese a respeito da punibilidade de tais indivíduos com base no ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chaves: Psicopatia; Punibilidade; Imputabilidade.

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro de Iniciação Científica e de Extensão da FACNOPAR.

² Acadêmico do 2º Período do Curso de Direito da FACNOPAR. jl-ignacio@hotmail.com.